

**AUTA ALVES CARDOSO**

Doutora e Mestra em Direito Tributário pela Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

# **EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E DE GÁS NATURAL**

**Reflexões jurídicas sobre a oneração de tal atividade**

**2015**

editora e livraria

**NOESES**

Copyright 2015 By Editora Noeses

Fundador e Editor-chefe: Paulo de Barros Carvalho

Gerente de Produção Editorial: Rosangela Santos

Arte e Diagramação: Renato Castro

Designer de Capa: Aliá3 - Marcos Duarte

Revisão: Vanessa Faullame Andrade

Bibliotecária responsável: Maria Erilene de Alencar, CRB-8 / 9677

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

2015



editora e livraria

**NOESES**

Editora Noeses Ltda.

Tel/fax: 55 11 3666 6055

[www.editoranoeses.com.br](http://www.editoranoeses.com.br)

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>XV</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO I - DIREITO, FILOSOFIA E INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>07</b>
1.1 Hermenêutica: Teoria da interpretação na tradição ...	08
1.2 Teoria da interpretação no Direito – teoria analítica. O neopositivismo lógico – A importância da linguagem.	16
1.2.1 Da influência do neopositivismo lógico no ato de interpretar. Da importância da aplicação da lógica na interpretação do Direito – teoria analítica.....	18
1.3 Da importância da aplicação da lógica na interpretação do Direito - Teoria analítica.....	24
1.3.1 Da influência dos princípios da identidade, terceiro excluído e da não contradição no ato de interpretar .....	28
1.4 O Direito como linguagem: Utilização da semiótica como método de interpretação .....	30

1.4.1 Língua e realidade na concepção de Vilém Flusser .....	33
1.5 Da virada hermenêutica: Do giro-linguístico.....	37
1.5.1 Do texto e do contexto .....	43
1.5.2 Do dialogismo .....	44
1.6 Axiomas da interpretação .....	48
1.7 O percurso gerador de sentido .....	50
1.7.1 O percurso gerador de sentido dos textos jurídicos: Os planos S1, S2, S3 e S4.....	53
1.8 A relação entre interpretação e aplicação do Direito ..	58
1.8.1 Da aplicação do Direito .....	59
1.9 Das lacunas: Problema meramente interpretativo – Análise semântica .....	62
1.10 Da valoração das interpretações jurídicas .....	64
1.11 Derivação e positivação no Direito .....	68

**CAPÍTULO II - DO REGIME JURÍDICO APLICÁVEL À EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E DE GÁS – DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO, DE PARTILHA DE PRODUÇÃO E DE CESSÃO ONEROSA.....** 73

2.1 Do regime jurídico constitucional referente à exploração de petróleo e de gás .....	73
2.2 Do regime jurídico infraconstitucional, regulador da exploração e produção de petróleo e de gás natural...	79
2.2.1 Da Lei nº 2.004/53 .....	79
2.2.2 Da Lei nº 3.257/57 .....	80
2.2.3 Do Decreto-lei nº 523/69.....	80
2.2.4 Do Decreto-lei nº 1.288/73.....	80
2.2.5 Da Lei nº 7.453/85 .....	81

## EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E DE GÁS NATURAL

2.2.6 Da Lei nº 7.525/86 .....	82
2.2.7 Da Lei nº 7.990/89 .....	84
2.2.8 Da Lei nº 8.001/90 .....	85
2.2.9 Da Lei nº 9.478/97 .....	86
2.3 Limites constitucionais e legais à atuação das agências reguladoras .....	91
2.3.1 Dos diferentes regimes jurídicos regulatórios das atividades de exploração e produção (E&P).....	119
2.3.2 Da experiência internacional com referência à utilização dos diferentes regimes jurídicos regulatórios .....	132
2.4 Do regime legal aplicável aos contratos de concessão no Brasil.....	136
2.4.1 Bônus de assinatura .....	139
2.4.2 <i>Royalties</i> .....	143
2.4.3 Participação especial .....	147
2.4.4 Pagamento pela ocupação ou retenção de área ..	151
2.4.5 Participação para os proprietários da terra.....	153
2.5 As regras-matrizes das contrapartidas governamentais nos contratos de concessão .....	158
2.6 Da Lei nº 12.351/2010 – Pré-sal e áreas estratégicas....	160
2.7 Do contrato de partilha de produção .....	171
2.8 Da Lei nº 12.304/2010 – Criação da empresa PRÉ-SAL PETRÓLEO S/A .....	177
2.9 Da Lei nº 12.276/2010 – Contrato de cessão onerosa ...	182
2.10 Das participações governamentais no Direito alienígena.....	194

<b>CAPÍTULO III - DOS ROYALTIES.....</b>	<b>197</b>
3.1 Do Plano S1 do percurso gerador de sentido das normas jurídicas .....	197
3.2 Evolução legislativa dos <i>royalties</i> .....	199
3.3 A acepção semântica do vocábulo <i>royalty</i> adotada nestas reflexões.....	207
3.4 Entendimento jurisprudencial sobre o <i>royalty</i> .....	210
3.5 Da polêmica distribuição dos valores intitulados de <i>royalties</i> do petróleo.....	218
3.6 Da titularidade do produto da lavra de petróleo e de gás .....	258
<b>CAPÍTULO IV – DA NATUREZA TRIBUTÁRIA DA IMPOSIÇÃO DEVIDA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E DE GÁS .....</b>	<b>267</b>
4.1 Da teoria da norma.....	267
4.2 Das normas jurídicas gerais e individuais, abstratas e concretas.....	274
4.3 Da regra-matriz de incidência .....	278
4.4 Da definição jurídica de tributo .....	282
4.5 Espécies tributárias.....	287
4.5.1 Das taxas.....	289
4.5.2 Permissivos constitucionais para a imposição de taxas .....	290
4.6 Dos impostos.....	297
4.6.1 Das contribuições de melhoria .....	298
4.6.2 Das contribuições .....	299
4.6.2.1 Das espécies de contribuições .....	306

## EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E DE GÁS NATURAL

4.6.2.1.1 Das contribuições de intervenção no domínio econômico .....	306
4.6.2.1.2 Das contribuições sociais.....	309
4.6.2.1.3 Das contribuições de interesse das categorias profissionais.....	312
4.7 Da oneração tributária sobre a exploração e produção de petróleo e gás .....	313

<b>CAPÍTULO V - A COMPENSAÇÃO COMO INSTI- TUTO DE DIREITO CIVIL: FORMA DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>327</b>
5.1 Da previsão da compensação no art. 368 do CC.....	327
5.2 Classificação jurídica.....	330
5.3 Espécies de compensação .....	332
5.3.1 Da compensação legal .....	332
5.3.1.1 Requisitos da compensação legal.....	333
5.3.1.2 Reciprocidade dos créditos e débitos .....	333
5.3.1.3 Obrigações de terceiros .....	333
5.3.1.4 Pluralidade de créditos e de dívidas.....	335
5.3.1.5 Da solidariedade .....	336
5.3.1.6 Da cessão de crédito.....	337
5.3.1.7 Das medidas de constrição e direitos de terceiros.....	338
5.4 Da liquidez das dívidas .....	339
5.4.1 Da fungibilidade dos débitos.....	341
5.5 Da exclusão da compensação .....	342
5.6 Do lugar da compensação .....	345
5.7 Da compensação de dívidas fiscais .....	345

5.8 Da compensação convencional.....	347
5.9 Da compensação judicial.....	348
5.10 Efeitos da compensação .....	348

**CAPÍTULO VI - A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA:  
PAGAMENTO .....** 351

6.1 Notas introdutórias .....	351
6.2 O princípio constitucional da não-cumulatividade e a compensação tributária .....	352
6.3 Requisitos da compensação tributária.....	356
6.4 Classificação jurídica .....	356
6.5 Do fenômeno da positivação do Direito.....	359
6.6 Características da compensação tributária .....	362
6.6.1 Da liquidez e certeza.....	363
6.7 Da aplicação do art. 170-A do CTN.....	364

**CAPÍTULO VII – AS CONTRAPARTIDAS GOVER-  
NAMENTAIS NÃO POSSUEM NATUREZA CON-  
TRATUAL. DECORREM DA LEI .....** 367

7.1 Prestação de serviço público ou exercício de atividade econômica?.....	367
7.2 Os contratos de concessão, de partilha da produção e de cessão onerosa são contratos administrativos .....	370
7.3 O dever de pagar as denominadas participações go- vernamentais decorre da lei e não da vontade dos contratantes.....	373



## EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E DE GÁS NATURAL

<b>CAPÍTULO VIII – DA DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DOS VALORES ADVINDOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E DE GÁS. DAS RECEITAS PÚBLICAS .....</b>	<b>375</b>
8.1 Classificação das receitas auferidas pelo Estado.....	375
8.2 Da compensação financeira e da participação no resultado da exploração como receitas do Estado .....	378
8.3 A compensação financeira como indenização administrativa .....	383
8.4 A compensação financeira como indenização ambiental .....	394
8.5 A compensação financeira como preço público .....	405
<b>CAPÍTULO IX – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E DE GÁS ....</b>	<b>413</b>
<b>CAPÍTULO X – DA DESTINAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE PREVISTA PARA PRODUTO DA ARRECADAÇÃO ADVINDO DA EXPLORAÇÃO E DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E DE GÁS .....</b>	<b>423</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>433</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>443</b>